

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Odontológico S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344, emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **1. Conjuntura econômica:** Em 2014, a economia brasileira apresentou baixo nível de crescimento e a demanda doméstica perdeu força, com queda no consumo e retração nos investimentos. Esse contexto de atividade enfraquecida refletiu a piora dos fundamentos da economia, principalmente inflação ascendente e um quadro fiscal que requer atenção. Apesar das circunstâncias adversas, a renda e o nível de emprego apresentaram melhora em relação ao ano de 2013. A economia mundial também foi caracterizada por crescimento fraco, notadamente nos países emergentes, observando-se nos países desenvolvidos desempenho melhor, em especial nos EUA. A demanda externa contribuiu pouco para o crescimento, refletindo a queda nas exportações de produtos básicos e manufaturados. No caso dos produtos básicos, houve forte queda nos preços de commodities no segundo semestre, agravada pelos efeitos da desaceleração da economia chinesa. No caso dos produtos manufaturados, verificou-se piora em parceiros comerciais importantes para o Brasil, em especial na América Latina. No final de 2014, teve início um novo ciclo de ajustes voltados à recuperação dos fundamentos da economia e promoção de um ambiente favorável ao crescimento nos próximos anos. O governo e a nova equipe econômica acreditam que a alta nas taxas de juros e medidas no campo fiscal possam realocar a inflação em trajetória compatível com as metas. No mercado de seguros, nosso principal mercado, dados preliminares da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) indicam que a receita com apólices alcançou um volume total de R\$ 161,6 bilhões, um

aumento de 16,6%. Se forem desconsiderados os prêmios dos planos da modalidade VGBL, o mercado de seguros teria atingido a cifra de R\$ 90,2 bilhões contra R\$ 82,9 bilhões em 2013, um crescimento de 8,8%. O segmento de automóveis representou a maior parcela da receita, com participação de 35,6% no total de prêmios emitidos em 2014. Já no mercado de saúde suplementar, segundo dados disponibilizados pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para os nove primeiros meses de 2014, a receita total era de R\$ 94,6 bilhões para o período em questão, o que representa um crescimento de 16,2% ante o mesmo período de 2013.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2014	2013	Var.
Resultado			
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	44,9	32,2	39,5%
Eventos indenizáveis líquidos	(21,9)	(14,6)	50,2%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	23,0	17,6	30,7%
Resultado bruto	21,2	16,5	28,9%
Resultado financeiro líquido	3,2	1,3	139,9%
Resultado antes dos impostos e participações	13,6	10,9	24,5%
Resultado líquido	8,7	7,1	21,4%

3. Comentário sobre o desempenho: No ano de 2014, a receita das contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde foi de R\$ 44,9 milhões, 39,5% acima do apresentado em 2013. Os eventos indenizáveis líquidos totalizaram uma despesa de R\$ 21,9 milhões, 50,2% acima do apresentado no ano anterior. O resultado das operações com planos de assistência à saúde foi de R\$ 23,0 milhões, crescimento de 30,7% no ano. O resultado líquido da Companhia foi de R\$ 8,7 milhões em 2014.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Notas	2014	2013
Ativo			
Circulante		33.978	27.306
Disponível		634	531
Realizável		33.344	26.775
Aplicações financeiras	5	26.943	20.415
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		7.334	3.812
Aplicações não vinculadas		19.609	16.603
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	1.997	3.066
Contraprestação pecuniária a receber		1.997	3.066
Despesas diferidas		1.865	934
Créditos tributários e previdenciários	7.1	2.256	2.028
Bens e títulos a receber		283	327
Despesas antecipadas			5
Não circulante		32.625	31.823
Realizável a longo prazo		2.263	1.460
Créditos tributários e previdenciários	7.1	3	
Títulos e créditos a receber			24
Despesas de comercialização diferidas			824
Ativo fiscal diferido	7.2	1.170	825
Depósitos judiciais e fiscais	13	119	104
Outros créditos a receber a longo prazo		4	23
Imobilizado		60	60
Imobilizado de uso próprio		60	60
Não hospitalares / Odontológicos		60	60
Intangível	8	30.302	30.303
Total do ativo		66.603	59.129

	Notas	2014	2013
Passivo			
Circulante		15.609	12.901
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	8.213	4.019
Provisões de contraprestações		826	422
Provisão de contraprestação não ganha		826	422
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		2.876	387
Provisão de eventos ocorridos e não avisados		4.511	3.210
Débitos de operações de assistência à saúde		2.575	1.543
Comercialização sobre operações		423	484
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		2.152	1.059
Provisões		513	1.222
Provisão para IR e CSLL		504	1.207
Provisões para ações judiciais	13,2	9	15
Tributos e encargos sociais a recolher	10	1.291	1.555
Débitos diversos	11	3.017	4.562
Não circulante		282	177
Provisões		167	177
Provisões para ações judiciais	13,2	167	177
Tributos e encargos sociais a recolher	10	115	
Tributos e encargos sociais a recolher		115	-
Tributos e contribuições		115	-
Patrimônio líquido		50.712	46.051
Capital social	14	40.251	40.251
Reservas		10.461	5.800
Reservas de lucros		10.461	5.800
Total do passivo		66.603	59.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2013	35.251	24	336	360		35.611
Aumento de capital conforme AGOE de 28/03/2013	5.000	-	-	-	-	5.000
Resultado líquido do exercício					7.134	7.134
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	-	357	-	357	(357)	-
Reserva estatutária	-	-	5.083	5.083	(5.083)	-
Dividendos obrigatórios - R\$0,0414 por ação	-	-	-	-	(1.694)	(1.694)
Saldos em 31/12/2013	40.251	381	5.419	5.800		46.051
Dividendos complementares conforme RCA de 30/10/2014 - R\$0,0475 por ação	-	-	(1.943)	(1.943)	-	(1.943)
Resultado líquido do exercício					8.661	8.661
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	-	433	-	433	(433)	-
Reserva estatutária	-	-	6.171	6.171	(6.171)	-
Dividendos obrigatórios - R\$0,0503 por ação	-	-	-	-	(2.057)	(2.057)
Saldos em 31/12/2014	40.251	814	9.647	10.461		50.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA ODONTOLÓGICO S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14/05/2010, domiciliada no Brasil, com sede na capital do estado de São Paulo. A Companhia foi adquirida em 02/08/2010 pela Sul América Odontológica S.A. (controladora indireta da Sul América S.A., tendo como objeto social principal a operação de planos privados de assistência à saúde odontológica, conforme autorização concedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 24/01/2011. A Sul América S.A. é controlada pela Sulasapar Participações S.A. com 50,90% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,69% de participação total. Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controladas pela Sul América S.A., o qual a Companhia faz parte.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentados em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344 emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24/02/2015. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: a) as contraprestações emitidas são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco, quando se tratam de contratos com preços pré-estabelecidos. Para os contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que ocorrem os fatos geradores, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado; • Os agenciamentos de seguros e os custos diretamente relacionados ao processo de angariação de planos odontológicos são registrados como custos de aquisição diferidos quando devidos; • Os agenciamentos referentes aos produtos de planos odontológicos são amortizados pelo prazo médio da permanência dos segurados em carteira, considerando a expectativa de cancelamento; e • Os eventos indenizáveis são apropriados à despesa, considerando a data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços da Companhia. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são atualizados pelo valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros não derivativos são classificados e mensurados conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidas no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.2.2. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustado, quando aplicável, por redução ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável:** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investe, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. • **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas de Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 3 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente exercido para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária. **3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.6.1. Provisão de prêmios ou contribuições não ganhadas (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base a divisão dos prêmios e contribuições pelo número de dias de cobertura do risco a ser contratado. **3.6.2. Provisão de eventos a liquidar:** A Provisão de eventos a liquidar é constituída considerando a data da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores. **3.6.3. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA é constituída aplicando-se um percentual de 9,5% sobre as contraprestações odontológicas dos últimos doze meses anteriores ao cálculo, conforme previsto na Resolução Normativa nº 243/2010, para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já tenham ocorrido e não tenham sido avisados. **3.7. Provisões para ações judiciais:** **3.7.1. Cíveis e trabalhistas:** Os processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco (provável, possível ou remota), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de parâmetros estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda, o desempenho financeiro e o gramento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano nos processos cíveis e pela TR e juros de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais e os saldos de provisão são referidos às causas de natureza cível ou trabalhista, referentes às causas de natureza cível ou trabalhista, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.7.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e não reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais são contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.8. Dividendos:** Os dividendos reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua

distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.9. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a eventos, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais ao valor do desembolso provável refletidos nas provisões para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam não efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado (nota 5); • Movimentação de créditos tributários (nota 7.2); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 9); e • Provisões para ações judiciais (nota 13). **3.10. Normas emitidas e revisadas:** (a) **Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Alterações e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente; No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às normas IFRS e aos CPC emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, inclusive. A Companhia avaliou as revisões e alterações de normas a seguir e verificou que não há impacto em suas demonstrações financeiras: • **IAS 36/PCP01(R1) - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** A versão revisada da norma traz alterações em divulgação, adaptando-a aos requerimentos do IFRS 13 / CPC 46 - Mensuração ao valor justo e requerendo a divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) quando mensurados ao valor justo menos o custo de alienação. A atual versão da norma reíra a obrigação de divulgação do montante recuperável de uma UGC para a qual o ângulo de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível de vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável com o ato ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado à unidade geradora de caixa. • **IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** A alteração na norma fala sobre o hedge accounting e que não há a necessidade de descontinuarlo no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. A Companhia não tem hedge accounting em suas demonstrações financeiras. • **IAS 32/PCP39 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** A alteração da norma traz esclarecimentos sobre os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros e o direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e realizar o ativo e liquidar passivo simultaneamente. Em relação à nova interpretação, a seguir: • **IFRIC 21 - Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** A Companhia aplicou o IFRIC 21 pela primeira vez no exercício atual. Esta norma endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A aplicação dessa interpretação pela Companhia não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Alterações e novas interpretações revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** • **IFRS 9 - Instrumentos financeiros (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia ainda está avaliando os impactos da nova norma em suas demonstrações financeiras e aos possíveis efeitos na política de investimentos e no gerenciamento de ativos e passivos (ALM). • **IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** A nova norma introduz a obrigação de reconhecer a receita quando representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no que reflete a consideração de qual montante esperado que seja capaz de ser trocado por aqueles bens ou serviços e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017 (inclusive), porém não é aplicável a contratos de seguros e portanto, não é relevante para a Companhia. (b) **Receita Federal do Brasil (RFB):** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/2014 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais - IFRS), extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT). A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia avaliou a norma e seus impactos, e concluiu que não há efeitos relevantes e que não irá adotar a norma antecipadamente e sim, a partir de 1º de janeiro de 2015 (inclusive). **4. Gestão de riscos:** A SulAmérica investe no desenvolvimento contínuo de seus protocolos de gestão dos riscos resultantes de seus contratos e processos, inspirada nas melhores práticas internacionais. O gerenciamento dos riscos corporativos é realizado de forma integrada entre as linhas de defesa da organização que compreende as unidades de negócios, as áreas corporativas de gestão de riscos, Compliance e controles internos, a estrutura de comissão permanente e Comitê Colegiados de gestão de riscos e o suporte da área de auditoria interna. A estrutura desenvolvida permitiu a SulAmérica implementar um processo contínuo e evolutivo, estabelecido pelo Conselho de Administração, supervisionado pelo Comitê de Auditoria e executado pelo corpo executivo em processos integrados de identificação dos riscos, quantificação, reporte, monitoramento e plano de ação de resposta as ameaças que estejam em desacordo com o apetite a riscos estabelecido na SulAmérica. Com a finalidade de suportar o alcance dos objetivos estabelecidos, o processo de gestão de riscos compreende todos os riscos corporativos, incluindo, mas não limitado aos riscos de concentração nas operações, subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional. **4.1. Riscos de concentração das operações:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas no estado do Amazonas. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

	Representatividade 2014	Representatividade 2013
UF		
AM	26,4%	46,9%
SP	32,0%	19,2%
RJ	8,6%	9,3%
PE	13,7%	9,1%
SE	8,3%	6,7%
MG	2,7%	2,4%
Outros	8,3%	6,4%
Total	100%	100%

4.2. Riscos de subscrição: A emissão de apólices e contratos rentáveis com segurados e clientes depende do correto dimensionamento dos preços dos produtos bem como da constituição de provisões suficientes para pagamento dos eventos indenizáveis. A SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada perfil de cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. O processo de provisionamento é coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias internacionalmente consagradas e adaptadas para as características de cada um dos produtos e comportamento dos clientes. Adicionalmente, a SulAmérica conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados como processos de eficiência de custos, auditorias preventivas pré-pagamentos, otimização de rede de prestadores de serviços e programas de saúde ativa, dentre outros. Caso os custos com sinistros ou despesas apuradas estejam acima dos valores estimados, os resultados da Companhia poderão ser diferentes dos esperados. As tabelas a seguir apresentam análise da sensibilidade no resultado e patrimônio líquido.

	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
2014		
Premissas		
Aumento de 1% na sinistralidade	(471)	(283)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(7)	(4)
Aumento de 1% nos custos de comercialização	(34)	(20)
2013		
Premissas		
Aumento de 1% na sinistralidade	(306)	(184)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(48)	(29)
Aumento de 1% nos custos de comercialização	(22)	(13)

4. Distribuição do resultado:

(R\$ milhões)	2014	2013
Descrição		
Lucro antes dos impostos e participações	13,6	10,9
(-) Impostos e contribuições	(4,3)	(3,5)
(-) Participações	(0,8)	(0,3)
Lucro líquido do exercício	8,7	7,1
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(0,4)	(0,4)
Lucro líquido ajustado	8,3	

5.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento não exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA. Em 2014 e 2013 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 2:** Cotas de fundos de investimentos: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

	2014	2013
Descrição	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	26.943	20.415
Total	26.943	20.415

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde: 6.1. Contraprestação pecuniária:

	Redução ao valor recuperável	Total
Saldo em 01/01/2013	2.174	(781)
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	34.631	(2.028)
Recebimentos / reversão	(31.861)	931
Saldo em 31/12/2013	4.944	(1.878)
Circulante		3.066

	Redução ao valor recuperável	Total
Saldo em 31/12/2013	4.944	(1.878)
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	47.482	(4.738)
Recebimentos / reversão	(47.992)	4.179
Saldo em 31/12/2014	4.434	(2.437)
Circulante		1.997

6.2. Contraprestação pecuniária por vencimento: As contraprestações pecuniárias a receber, por vencimento, estão distribuídas da seguinte forma:

	2014	2013
Descrição		
A Vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	615	2.174
A vencer entre 31 e 60 dias	57	-
A vencer entre 61 e 180 dias	152	-
Total a vencer	824	2.174
Vencidos		
Vencidos entre 01 e 30 dias	817	1.261
Vencidos entre 31 e 60 dias	430	240
Vencidos entre 61 e 180 dias	1.962	506
Vencidos entre 181 e 365 dias	251	575
Vencidos acima de 365 dias	150	188
Total	3.610	2.770
Redução ao valor recuperável	(2.437)	(1.878)
Total vencidos	1.173	892
Total prêmios a receber	4.434	4.944
Redução ao valor recuperável	(2.437)	(1.878)
Total	1.997	3.066

A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. **7. Créditos tributários e previdenciários:** Os créditos tributários e previdenciários são compostos por:

	2014	2013
Descrição		
Impostos a compensar/ recuperar (nota 7.1)	2.259	2.028
Ativo fiscal diferido (nota 7.2)	1.170	825
Total	3.429	2.853
Circulante	2.256	2.028
Não circulante	1.173	825

7.1. Impostos a compensar/recuperar:

	Saldo em 01/01/2013	Adição	Pagamento/ baixa	Saldo em 31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	225	233	(98)	360
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	17	-	-	17
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	841	810	-	1.651
Outros	20	-	(20)	-
Total	1.103	1.043	(118)	2.028
Circulante				2.028

12. Partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (e)	Controladora direta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	-	-	-	1.702	-	-	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c) (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	15	55	-	-	3	(21)	(17)	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	2	-	-	-	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-	(150)	(258)	-	-
Total			15	55	-	1.704	3	(171)	(275)	-

(a) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (b) Valor referente ao benefício do plano de saúde oferecido aos funcionários e dirigentes; (c) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido aos funcionários; (d) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (e) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios. Em 2014, A Companhia pagou dividendos no montante de R\$5.694, sendo R\$1.943 referentes a dividendos complementares, R\$2.057, pagos antecipadamente, referente ao exercício de 2014 e R\$1.694 (R\$103 em 2013) referente aos dividendos obrigatórios do exercício de 2013 para a controladora Sul América Companhia de Seguro Saúde. **13. Depósitos judiciais e fiscais, provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2014 e 2013, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais trabalhistas e cíveis registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e Contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

13.1. Depósitos judiciais:

	2014	2013
Descrição		
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	108	94
Ações cíveis	11	10
Total	119	104
Não circulante	119	104

13.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

	Saldos em 01/01/2013	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2013
Descrição					
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	137	20	22	(147)	32
Trabalhistas	25	2	1	(12)	16
Outros	140	-	-	-	140
Honorários	14	2	-	(12)	4
Total	316	24	23	(171)	192
Circulante					15
Não circulante					177

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragóti Lucas. **Conselheiros:** Gabriel Portella Fagundes Filho e Carlos Infante Santos de Castro. **Diretoria: Diretor-presidente** - Gabriel Portella Fagundes Filho; **Vice-presidentes:** Marco Antonio Antunes da Silva; e Maurício da Silva Lopes. **Diretores:** Arthur Farne d'Amoed Neto; Cesar Tadeu Alonso Dominguez; Enio Fukai; Erika Fuga Rossi Teixeira; Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio; Manoel Roberto Gottsfritz Cardoso; Tereza Veloso. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7. **Atuário:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Pagamento/ baixa	Saldo em 31/12/2014
Descrição					
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	360	624	3	(233)	754
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	17	-	-	-	17
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	1.651	85	-	(248)	1.488
Total	2.028	709	3	(481)	2.259
Circulante					2.256
Não circulante					3

7.2. Movimentação de créditos tributários:

	Saldo em 01/01/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Descrição				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	60	-	(42)	18
Redução ao valor recuperável de créditos	407	371	-	778
Participações nos lucros	22	20	(13)	29
Total dos créditos tributários	489	391	(55)	825

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Descrição				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	18	-	(5)	13
Redução ao valor recuperável de créditos	778	833	(487)	1.124
Participações nos lucros	29	33	(29)	33
Total dos créditos tributários	825	866	(521)	1.170

Os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias. **8. Intangível:** O ágio registrado no intangível, que em 31/12/2014 e 2013 era de R\$30.301, refere-se a compra da Dental Plan Ltda. pela Sul América Companhia de Seguro Saúde em 13/12/2010, por R\$31.057 (com R\$30.300 de ágio), aprovada pela ANS em 18/04/2011. Em seguida, a Sul América Companhia de Seguro Saúde aumentou capital na Companhia com a transferência do investimento na Dental Plan Ltda. e o aumento de capital foi aprovado pela ANS em 11/09/2012. Por final, a Companhia incorporou a Dental Plan Ltda. e o ágio foi transferido para o intangível. O ágio oriundo da aquisição da Dental Plan Ltda. decorre de expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor recuperável do ágio foi calculado pelo valor em uso, obtido por meio de modelo de fluxo de caixa projetado do negócio pelo prazo de 9 anos, que é o prazo levado em consideração na análise de compra para se ter o retorno esperado, tomando como base as demonstrações financeiras de 2014 e 2013, respectivamente, e descontado a uma taxa interna de retorno da SulAmérica. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando premissas próprias, de mercado, desempenho histórico e expectativas econômicas futuras, sendo as principais premissas, a taxa interna de retorno calculada pela SulAmérica e a taxa de crescimento na perpetuidade de 5%. Nessa avaliação, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável, uma vez que o valor em uso é superior ao valor contábil do ágio. O valor total do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura poderá ser dedutível para fins fiscais de acordo com a legislação vigente. Além do ágio, em 2014 a Companhia registrou R\$2 de software, nesta rubrica.

9. Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de eventos a liquidar e de eventos ocorridos e não avisados – PEONA	Total
Saldo em 01/01/2013	544	2.596	
Emissões	33.785	-	
Prêmios ganhos	(33.907)	-	
Avisados / alterações	-	9.384	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	-	(10.252)	
Variação do IBNR / IBNC	-	1.869	
Saldo em 31/12/2013	422	3.597	4.019
Circulante			4.019

	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados – PEONA	Total
Saldo em 31/12/2013	422	3.597	
Emissões	47.482	-	
Prêmios ganhos	(47.078)	-	
Avisados / alterações	-	18.054	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	-	(15.565)	
Variação do IBNR / IBNC	-	1.301	
Saldo em 31/12/2014	826	7.387	8.213
Circulante			8.213

10. Tributos e contribuições a recolher:

	2014	2013
Descrição		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	110	53
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	642	445
Contribuições PIS e COFINS	155	211
ISS	330	821
Outros	169	25
Total	1.406	1.555
Circulante	1.291	1.555
Não Circulante	115	-

11. Débitos diversos:

	2014	2013
Descrição		
Depósitos de beneficiários e de terceiros	399	364
Dividendos propostos (a)	-	1.694
Obrigações com pessoal (b)	871	679
Fornecedores a pagar	1.448	1.093
Outros débitos a pagar	299	732
Total	3.017	4.562
Circulante	3.017	4.562

(a) A Companhia antecipou dividendos referentes ao exercício de 2014 para a controladora Sul América Companhia de Seguro Saúde; (b) Esta linha é composta basicamente por provisão para férias e participações sobre o resultado.

14.5. Distribuição do resultado:

	2014	2013
Descrição		
Lucro antes dos impostos e participações	13.579	10.907
(-) Impostos e contribuições	(4.342)	(3.476)
(-) Participações	(576)	(297)
Lucro líquido do exercício	8.661	7.134
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(433)	(357)
Lucro líquido ajustado	8.228	6.777
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	2.057	1.694
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	2.057	-
Total dos dividendos obrigatórios	-	1.694
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	-	1.694
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	6.171	5.083
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício)	6.171	5.083

15. Detalhamento das contas de resultado: 15.1. Contraprestações líquidas:

	2014	2013
Descrição		
Plano coletivo com patrocinador	47.302	33.598
Plano coletivo por adesão	90	18
Outros	90	170
Total	47.482	33.786

15.2. Eventos conhecidos ou avisados:

	2014	2013
Descrição		
Outros	(18.466)	(2.112)
Total	(18.466)	(2.112)

	2014	2013
Descrição		
Outros	(12.211)	(492)
Total	(12.211)	(492)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a lei 9.656/1998.

15.3. Despesas de comercialização:

	2014	2013
Descrição		
Comissões:		
Sobre prêmios	(2.022)	(1.020)
Sobre agenciamento	(4.204)	(2.560)
Variação de despesas de comercializações diferidas	1.414	1.418
Total	(4.812)	(2.162)

15.4. Despesas administrativas:

	2014	2013
Descrição		
Pessoal próprio	(4.096)	(3.154)
Serviços de terceiros	(634)	(471)
Localização e funcionamento	(578)	(723)
Publicidade e propaganda	(135)	(62)
Despesa com tributos	(247)	(177)
Outras	(240)	(126)